



# Do léxico e da Cultura: *modus operandi*

*On lexicon and culture: modus operandi*

Arivaldo Sacramento de Souza\*  
Universidade Federal da Bahia,  
Salvador, Bahia, Brasil

**Resumo:** Os estudos lexicais foram amplamente cultivados pelos estudos filológicos do século 19 e permanecem ainda com vigor contemporaneamente. O problema é que eles preservam do passado oitocentista características que os vinculam ao imaginário nacionalista que forjou uma ideia de cultura etnocêntrica. Tendo isso em vista, propomos investigar as condições de produção desse discurso, que se constituiu a partir do paradigma alemão, secundarizado pelo francês que, por sua vez, se difundiu pelas universidades da Europa. Para contextualizar no universo português e brasileiro, recortamos não só a situação da Filologia Românica em Portugal e no Brasil, mas também o empreendimento nacionalista da Filologia Portuguesa.

**Palavras-chave:** Filologia. Nacionalismo. Léxico. Cultura.

**Abstract:** Lexical studies were widely cultivated by philological studies in the 19th century and still remain vigorous today. The problem is that they preserve characteristics from the 19th century that link them to a nationalist imagination that forged the idea of ethnocentric culture. With this in mind, I propose investigating the conditions of production of this discourse, which was constituted based upon a German paradigm, seconded by the French, which, in turn, spread through the universities of Europe. To contextualize it in Portuguese and Brazilian universe, I focus not only on the situation of Romanic Philology in Portugal and Brazil, but also on the nationalist enterprise of Portuguese Philology.

**Keywords:** Philology. Nationalism. Lexicon. Culture.

## 1 PROPOSTA E DELIMITAÇÕES

Os estudos lexicais constituem um dos campos mais consolidados nas Letras e sua história pode ser contada a partir de várias perspectivas dada a complexidade, usos e interesses que dão fôlego às diversas investigações. Assim, não é de se estranhar que haja saberes que estejam assentados sob bases epistêmicas que se naturalizaram a tal ponto de hoje serem tomadas como pressupostos dogmáticos. Às vezes, pelo fato de o pragmatismo sobrepujar a reflexão teórica; às vezes, pelo volume de dados a que profissionais do léxico se expõem, tornando-os exauridos; às vezes, pela condição de debate estabelecida pelas redes e associações.

Nenhuma vertente escapa a essas tensões que, ao mesmo tempo que garantem uma dicção para o campo de saber, pode produzir a massificação e a inoperância de questionamentos transformadores para o campo. Pensando estritamente na dimensão

\* Doutor em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: arisacramento@gmail.com.

cultural do que tem significado léxico, podemos afirmar que as definições apresentadas pelas diversas pesquisas produzem uma representação cultural do mundo e da realidade.

Das variadas propostas, quero focar aquela que mais recorrentemente está assentada tanto nos estudos de Filologia vernácula (não clássica) desde os oitocentos, quanto a que há se sociabiliza na Linguística moderna enquanto espelho, reflexo, imagem do povo de uma dada nação, isto é, aquela concepção de que o léxico é a dimensão exterior da língua e que reflete a cultura dos povos, uma espécie de documento linguístico da cultura.

Assim, a proposta desta reflexão é entender as condições de produção dessa vertente, compreendendo de que modo noções como povo, nação e cultura produzem uma estampa hierárquica de representação de cultura e nação que, quando não operam na dimensão do estereótipo, empobrecem as pluralidades possíveis e a dinâmica do campo cultural, em “transparência”.

Mas, mais que argumentar pela maneira correta de pensar as representações advindas do léxico, a questão aqui proposta é entender a emergência dessa concepção e os compromissos que ela possui na reiteração das imagens e concepções de nacionalidade. Vale ainda ressaltar que não examinaremos à exaustão, promovendo uma revisão teórica linear; mas, sim, percorreremos a partir de um contexto estratégico, se bem medida a metonímia, de paradigma para a proposta que estamos defendendo.

## 2 O LÉXICO NO CONTEXTO FILOLÓGICO OITOCENTISTA

É no século 19 que foram disciplinarizadas e institucionalizadas disciplinas que tradicionalmente dedicavam-se exclusivamente às línguas da antiguidade, sobretudo, a língua grega e a língua latina, mas que vão, a partir das intensificações dos debates nacionalistas, dobrar-se para o estudo das línguas modernas, vernáculas, que passam a ver o argumento fundacional da feição cultural de uma nação. Esse é o caso da Filologia!

Com esse interesse, observamos um itinerário profícuo, pouco hesitante e bastante consolidador dos estudos de línguas germânicas, eslavas ou românicas e de outros grupos que são reiteradamente propostos e refeitos pelos estudos comparativistas que ansiavam responder à pergunta: “qual é a origem das línguas do mundo?”. Ao tentar buscar as origens das línguas, as questões relativas às origens nacionais também entraram na longa pauta produzida por esse paradigma idealista. É assim que vemos transformado o antigo cenário plenamente dominado pelos estudos clássicos dar espaço para estudos de línguas modernas, em perspectiva histórico-comparativa, muitas delas financiadas pelos estados nacionalistas.

No âmbito das línguas românicas, agrupadas pelo traço da pertença à latinidade romana (GAUGER, 1989), curiosamente, os créditos precisam ser dados à Friedrich Diez, intelectual alemão que produziu os fundamentos teórico-metodológicos para a Filologia Românica e formou um dos principais romanistas comprometido com a românia, Gaston Paris, mas também será quem viria a apresentar o modelo românico de filologia nacional europeia.

Nessa direção, Gumbrecht (2015, p. 16), em uma investigação acerca do surgimento das “filologias modernas”, afirma:

[...]a filologia românica surgiu na Prússia (não na França, Espanha ou Itália) – e, além disso, num período em que os intelectuais germânicos estavam acostumados a tomar os franceses por trabalhadores como decadentes (Welsche). Ela desenvolveu-se numa disciplina acadêmica no sistema prussiano de universidade assim como concebido por Humboldt. Na França, na Espanha e na Itália tal foi estabelecido apenas algumas décadas mais tarde (cf. Gumbrecht; Sánchez, 1983), com ênfase tipológica, e, antes de tudo, medievalista – sem a capacidade de se estabelecer separadamente do entusiasmo literário não acadêmico.

Essa ambientação aponta para um contexto estratégico que é o Romantismo alemão e a organização institucional da Filologia na universidade. O fato é que um dos traços principais dessa atmosfera é a constituição do nacionalismo a partir do discurso das origens dos povos, da cultura, materialmente produzida pelas investigações de textos medievais, aliás, de épicos medievais que, segundo as leituras produzidas nesse contexto, denotariam o caráter herói e protagonista das nações.

Essa participação filológica no estabelecimento desses monumentos das nações pode ser vista na Alemanha (1805-1815) pelas edições do *Nibelungenlied*; mais tarde, na França, pelas edições de textos medievais franceses, tais como *La chanson de Roland*, *La vie de saint Alexis*, dentre outras; na Itália, na edição dos textos de Dante Alighieri; na Espanha, com *El Cantar del Mio Cid*, enfim...

No âmbito institucional das universidades, podemos observar o processo de institucionalização que vai levar a cabo as histórias (enquanto origens) das culturas nacionais através da língua, isto é, dos textos (e do léxico) a partir da segunda metade do século XIX. Isso com a difusão do prestígio científico dos estudos românicos, especialmente pela farta documentação existentes tanto em latim em variedades diversas quanto em romance, nas mais diferentes sincronias. Do ponto de vista teórico, a romanística torna-se imprescindível à Linguística Geral.

Nesse sentido, Aguiar e Silva (2011, p. 25, grifo nosso) conta-nos que:

Progressivamente, a filologia românica conquistou um espaço institucional próprio no ensino superior de diversos países, desde a Itália e a França à Suíça, à Espanha, a Portugal, etc. São criadas em diversos países revistas especializadas dedicadas à nova disciplina: a *Revue des Langues Romanes*, em 1870; os *Romanischen Studien*, em 1871; a *Romania*, em 1872; a *Zeitschrift für romanische Philologie*, em 1877; a *Romanische Forschungen* em 1883, etc. Sinais eloquentes de que a filologia românica se tornara uma ciência consolidada e prestigiosa são a publicação, nas duas últimas décadas do século XIX, de importantes obras de natureza enciclopédica como a *Encyclopädie und Methodologie der romanischen Philologie* (1884, 3 vols.) de Gustav Körting e sobretudo como o monumental *Grundriss der romanischen Philologie* (1888-1902, 2 vols.) dirigido por Gustav Gröber e com a colaboração dos mais qualificados especialistas nas áreas da linguística e da literatura. Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936) culminou magistralmente, com as suas obras *Grammatik der romanischen Sprachen* (1890-1902, 4 vols.) e *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* (1911-1920), o edifício científico alicerçado por Friedrich Diez cerca de meio século antes. **Foi no âmbito da filologia românica que ocorreram a criação da dialectologia, da geografia linguística, da metodologia das «Palavras e Coisas» (*Wörter und Sachen*) e da estilística idealista.** Para além da sua generalizada aceitação nos

meios universitários e acadêmicos, nas sociedades científicas e culturais, a filologia românica exerceu uma forte influência de natureza social e política, situação que lhe acarretou dúvidas hipotecas ideológico-doutrinárias, mas que contribuiu para a sua irradiação e para o seu prestígio.

Um fator importante a destacar com esse complexo paradigma filológico de estudo comparado das línguas que acreditam no latim como principal fator de formação é essa comparação, embora reconheça a semelhança existente de traços comuns de uma latinidade, privilegiava demarcar as diferenças – o que, conseqüentemente, estava ligado à necessidade de constituição da identidade linguística de um povo, de uma nação. Por outras palavras, se, de fato, as línguas podem ser chamadas de neolatinas, isso se deve ao compartilhamento de aspectos linguísticos (por exemplo, tipologias flexionais, derivacionais, inventário de fonemas, morfemas e de léxico etc.), aspectos ideológicos e culturais (aspectos de apreensão do mundo), aspectos sociais (partilha de princípios relacionados à justiça, à família, ao Estado etc.); noutra direção, ao comparar para a busca dos pontos de diferenças, os variados discursos de periodização e de classificação das línguas românicas mostram, sem sombra de dúvida, um questionável empreendimento de disputas de cariz nacionalista produtor de hierarquias culturais que visavam desenhar a feição protagonista de uma língua-nação sobre outra.

Essas classificações (ILARI, 2018; GAUGER, 1989) visavam promover a compreensão das diferenças existentes e, muitas vezes, estabeleciam, como ponto de partida, o maior ou menor grau de proximidade com a língua latina (clássica) – o paradigma da complexidade, maturidade, do espírito romano. É desse pensamento que surgem afirmações como as que até hoje assombram os corredores dos institutos e faculdades de Letras, tais como: línguas que possuem morfologia flexional rica seria mais complexa e mais relevante, ao passo que línguas que não possuem tal característica seriam menos complexas e menos relevante, já aquelas que “perderam” a morfologia flexional passaram por um processo de empobrecimento. Esse imaginário está na base dos impressionismos existentes no senso comum, por exemplo, em torno da questão da mudança por que passa o Português Brasileiro em relação a concordância e morfologia flexional, isto é, a não concordância é índice de falta de capacidade intelectual e cognitiva. Tais argumentos, hoje, estão severamente denunciados pelos estudos acerca da diversidade linguística que têm mostrado como as línguas têm se transformado a partir de uma complexidade; não simplificação de parâmetros.

Vale destacar que a emergência de novas áreas de interesse dentro da Filologia Românica, como destacado da citação de Aguiar e Silva, revela que o *corpus* românico está agora submetido ao regime de instituições, associações internacionais e periódicos que passam a ser responsáveis pela construção desse discurso. Surgem trabalhos ainda fortemente baseados em estudos de fonética histórica, morfologia e, muito menos sintaxe, mas é no âmbito dos estudos lexicais que podem ser vistos, a olhos nus, a construção do debate em torno da cultura de uma dada língua e como isso refletiria no espírito da nação.

Em uma tradução de Rita Marquilhas (2010), lemos como Rotenstreich apresenta a noção hegeliana de espírito da nação, paradigma importantíssimo para o nacionalismo

filológico emergente, e também responsável pelo truísmo da ideia de “unidade linguística nacional”, tão fecundo ainda hoje nos discursos sobre Estado:

O espírito de uma nação era um estado intermediário entre a história do mundo e a história do espírito do mundo [...]. O espírito do mundo, por seu turno, era o que dava ímpeto à realização dos espíritos históricos das várias nações [...]. O indivíduo [instanciação da nação] formava-se passando por várias fases sem perder a sua identidade. A nação, exibindo uma certa inclinação expressa no seu espírito, tinha um papel a desempenhar na história do mundo. Mas uma vez dada a sua contribuição deixava de desempenhar um papel activo no processo histórico. O renascimento dos povos era assim um processo impossível depois de extinta a criatividade que tinha contribuído para o crescimento histórico do espírito do mundo. (ROTENSTREICH, 1974, [sem paginação])

Essa feição nacionalista a que se associa a língua está assentada num princípio evolucionista, em que as línguas tendem a degenerar-se e a pesquisa filológica seria uma das providências humanistas contra esta ação do tempo e dos homens sem cultura, sem valor. É por esse medo que surgem compêndios, glossários, vocabulários, dicionários, *thesaurus* que tentam, patrimonialisticamente, documentar e monumentalizar a língua de uma cultura, de uma nação. Os trabalhos em romanística precisavam combater este apagamento histórico, ao passo que, entre as fendas de seus inventários, apareceriam argumentos que fariam, por exemplo, a língua de Castela ser superior às demais línguas da Península, o que justificaria o protagonismo, a vocação para a vitória do castelhano, isto é, do Povo Espanhol.

Quem nos relata essa experiência ibérica da filologia em por menores é Juan Ramón Resina que analisou diversas pesquisas realizadas por Ramón Menéndez Pidal e chega à conclusão de que o argumento usado pelo “padre” da filologia espanhola é de um darwinismo social que procura bases filológicas para produzir um saber institucional a partir da Real Academia que comprova a necessidade de posicionar a língua de Castela como idioma oficial do Estado espanhol.

Ramón Resina, ao pensar o trabalho desenvolvido por Menéndez Pidal *La España del Cid*, diz:

Daí à transformação do Cid em herói cultural há somente um passo, que Menéndez Pidal dará, mas não sem aduzir toda sorte de apoios positivistas. Mas a palavra “cultura” não pode ocultar a raiz darwiniana fundamentalmente agressiva com que Menéndez Pidal concebe as relações entre as comunidades. As guerras que prediz não serão tradicionais conflitos entre grupos de distinta linhagem, mas choques pelo predomínio de formas de socialidade e de seus instrumentos simbólicos; choques entre civilizações, na linguagem atual. O que alentava o incansável labor do investigador era uma ardente fé nacionalista nele presente, cuja origem e sentido não são duvidosos. **O seu nacionalismo não é o convival que reconhece e respeita as outras culturas ali onde as encontra, mas o nacionalismo baseado na crença no destino manifesto do próprio grupo, pelo qual é legítimo sacrificar todo obstáculo, já que assim o dispõe a natureza providente.** A revelação histórica de uma ideia plenamente contida nas origens baseia-se na crença na continuidade ininterrupta do espírito que guia o idioma até sua eventual apoteose. A garantia desta evolução empiricamente indemonstrável é a teoria pidaliana de estado latente, verdadeira mística negativa ou produção de ausência que permite ao filólogo dar sentido positivo, isto é,

constituir em prova ou evidência a solução de continuidade. (RESINA, 2007, p. 115, grifo nosso).

Certamente, é a Espanha que deu mostras mais acaloradas acerca do debate sobre compreensão de língua e estado, especialmente, a partir da investigação filológica que não só editará textos-base para representação do espírito do povo, mas também um repertório vasto de estudos linguísticos – lexicais, sobretudo – que perfilam níveis elevados, por exemplo, do castelhano em relação ao catalão, aragonês, galego etc. Daí, o castelhano transforma-se, como língua do estado, em espanhol, a língua definitiva da Espanha.

Esses ideais fecundaram os limites territoriais das nações, não apenas pelos atlas linguísticos produzidas pelas geografias linguísticas nacionais, mas também pela ideia de povo e de cultura que organizavam seus monumentos hierarquizando línguas e dialetos numa escala que considerava fatores como número de falantes, produção literária reconhecida pelos salões internacionais, línguas oficiais de estado, dentre outros fatores. Vale ressaltar que os estudos do léxico e os compêndios em lexicografia resultavam na construção material da documentação probatória do maior ou menor nível de uma língua como repositória de uma nação. A seguir, apresentamos como tal situação se deu no âmbito da Filologia Portuguesa e como esse desdobramento atinge fartamente organiza, ainda hoje, os estudos do léxico da língua portuguesa como um estudo de matiz nacionalista.

Essa dimensão – é o que procuraremos demonstrar – está atualizada em metáforas totalizadoras acerca do léxico como a dimensão exterior, isto é, social e cultural da língua que apresenta, por exemplo, a “cultura” e os “costumes” de um povo. Essa terminologia, inclusive, pertence ao inventário historicista que o oitocentismo europeu produziu para se caracterizar como paradigma para o mundo.

### **3 QUESTÕES PARA OS ESTUDOS LEXICAIS DO PORTUGUÊS**

Na expressão de Aguiar e Silva (2011, p. 259), “a ressurreição filológica da Idade Média” aconteceu em Portugal também, a partir de diversos intelectuais que acederam o convite para cátedra de Filologia Românica, como Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), e Portuguesa, no âmbito mais estrito. Dentre eles, precisamos destacar o papel central da filóloga alemã Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) que inoculou os estudos medievais, sobretudo da lírica trovadoresca, no imaginário nacional português definitivamente.

É óbvio que a presença alemã em Portugal oitocentista aclimatou os paradigmas filológicos romântico-nacionalistas alemães na, então, filologia portuguesa. Prova disso é o comentário que a filóloga faz em relação aos mestres alemães numa organização e defesa de uma filologia que não separe estudo linguístico dos literários:

Bopp, Grimm, Diez e todos os sucessores abstraíram da literatura propriamente dita – só trataram de línguas: para esse fim, claro que utilizaram textos arcaicos, mas apenas para documentação das formas que explicavam. A divisão fez-se porque em todas as nações cultas a literatura é campo tão vasto e fértil que exige uma cultura independente. Só em obras



enciclopédicas, divididas entre muitos obreiros, é que se reúnem línguas e literaturas. (VASCONCELOS, 1913, [sem paginação] apud SILVA, 2011, p. 261)

É assim que, mais tarde, tentando reordenar a relação língua e literatura que já se atomizavam desde a hipótese neogramática do uniformitarismo linguístico, Carolina Michaëlis proporá a seguinte definição de Filologia Portuguesa:

[...] é o estudo científico, histórico e comparado da **língua nacional** em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do **espírito nacional** (VASCONCELOS, 1913, [sem paginação] apud SILVA, 2011, p. 261)

Estamos, portanto, diante da vernacularização portuguesa da filologia produzida na filologia alemã, inclusive, retomando os compromissos que não separem, de maneira alguma, estudos de língua do de literatura como compromisso, vale a pena citar, “científico, histórico e comparado da **língua nacional**” e da “manifestação do espírito nacional”. É preciso compreender que nacional é este e de que modo, epistemologicamente ele está organizando as noções de língua, literatura e, não será grave incluir um “acima de tudo” por esta ocasião, léxico.

Patrick Gary, lendo o paradigma alemão de modo transnacional, acredita que o legado alemão foi ainda mais longe:

Essas ferramentas irmãs utilizadas pelo nacionalismo alemão – texto e análise filológica – não criaram apenas a história *alemã*, mas também, indiretamente, *toda* a história. Elas constituíam um produto altamente exportável, que poderia ser facilmente aplicado a qualquer *corpus* textual em qualquer outra língua. Além disso, a partir do momento em que o modelo alemão de história “científica” começou a dominar as universidades do século XIX na Europa [...] historiadores estrangeiros treinados pelos métodos alemães de seminário e crítica textual passaram a agir como embaixadores da análise nacionalista quando voltavam a seu país de origem. (GEARY, 2005, p. 43)

No caso português, a embaixadora foi Carolina Michaëlis. Desse modo, os textos medievais portugueses foram *corpora* para as abordagens filológicas nacionalistas portuguesas em busca da composição, ou melhor, comprovação da identidade nacional portuguesa. Para Maria Ana Ramos (2019, p. 104), essa identidade (literária) portuguesa, embora estivesse já animada pelo trabalho do escritor romântico Almeida Garrett que “homeriza” Camões e o épico português, é com Carolina Michaëlis que encontraremos a elaboração de uma metodologia mais complexa e um recuo para os séculos XII, XIII e XIV, quando da elaboração das pesquisas acerca do trovadorismo galego-português, ou seja, os primórdios literários de Portugal.

Ramos continua:

Carolina Michaëlis vinha assim demonstrar que, antes de todo este período de glorificação heroica centrada em Camões, Portugal gerara poetas – **poetas cultos** –, que se imbuíram da poesia cortesã, praticada sobretudo em meios galoromânicos. Eram poetas trovadores, leitores de outros poetas, *trobadors* e *trouvères*. Eram homens da corte, à volta do rei e da nobreza instruída. Assim se podia compreender esta poesia áulica amorosa e satírica –

cantigas de amor e cantigas de escárnio e maldizer – e assim se podia também entender nestes centros, régios e senhoriais, a inovação ibérica o acolhimento dado às cantigas de amigo. Diversamente do que poderiam aspirar os movimentos românticos com o panegírico ao génio popular – poderíamos lembrar as teorias, inicialmente propostas por Teófilo Braga – a produção literária em português tinha-se formado também com base na literatura culta europeia. (RAMOS, 2019, p. 110, grifo nosso).

Primeiro, é preciso destacar que a construção da identidade nacional portuguesa se constituiu como campo de tensão a partir de representações do épico camoniano, do “panegírico ao génio popular” e a então mais inovadora e científica proposta filológica de Carolina Michaëlis que provaria a existência de “poetas cultos”, homens da corte, que seriam os representantes legítimos da glória literária e nacional portuguesa. Estava, portanto, fundada as origens eruditas do nacionalismo português, especialmente centrada na figura de D. Dinis, o rei trovador.

Daí, é preciso pensar que impactos há nas noções de língua e de literatura no engendramento do tecido da nação portuguesa. É assim que podemos vislumbrar como os estudos sobre variantes variedades eruditas e populares do latim falado (latim vulgar) da romanística vão entrar em ação na compreensão da língua do texto, tudo isso materializadamente tratado a partir do nível lexical. Daí, a noção de literatura de homens cultos e a língua desses textos cultos se converterem na representação da identidade nacional. É sob esse ângulo que não podemos perder de vista como a filologia, enquanto indissociabilidade de investigação linguística e literária, participará da construção da noção gloriosa da língua do povo, herdeiros das tradições literárias latinas e românicas ocidentais, a exemplo da cultura do trovadorismo provençal.

Em um estudo acerca da unidade lexical “nação”, Pamplona (2014, p.136) defende que a palavra possui uma camada complexa de sentidos e que isso resulta da história social e política da Europa. Entretanto, a acepção que organiza a ideia de léxico parece estar relacionada ao contexto que se desdobrou de 1750 e 1850, porque, ainda conforme o referido autor, há uma mudança significativa na acepção do termo. Tal proposta ajuda a compreender de que maneira o nacionalismo setecentista e oitocentista difere-se do processo de emergência dos estados nacionais do século XVI.

Para Pamplona (2014, p. 136):

As profundas transformações políticas e sociais experimentadas entre 1760 e 1830 – associadas ao ciclo das revoluções modernas, iniciado nas colônias com a Revolução Americana, seguido pelas Revoluções Francesas e do Haiti e ampliado com as revoluções liberais desencadeadas nas metrópoles ibéricas e com as independências das suas colônias americanas – intervieram radicalmente. Ao longo desses anos, novos, diferentes e acelerados processos de mudanças semânticas foram caracterizando o termo. Em especial, tratou-se de redefinir a conotação política que já então particularizava a palavra nação e ampliá-la, ajustando-a a diferentes conjunturas.

Nessas condições, os reajustes em torno de uma rigorosa necessidade de definição identitária lançou mão de todos os elementos eleitos dentro do paradigma europeu para a definição de cultura nacional. A principal delas, inegavelmente, é a literatura, que passa



a funcionar como um mecanismo institucional, de natureza documental e patrimonial do Estado. Por mais que as ficções se difiram dos discursos historiográficos oficiais produzidos durante este período, não podemos deixar de compreender que a literatura é compreendida em uma dimensão espiritual que se declina na representação material do sentido, da coragem, da virtude e do valor de um povo.

Mas quem, dentro dessa dimensão nacionalista pertence e não pertence a essa nação? Entra em jogo um aspecto bastante conturbado dos impérios europeus, no caso aqui proposto, português: a escravidão indígena e negra como elemento desumanizador das pessoas negras e indígenas, mesmo depois dos marcos legais (lei áurea, por exemplo) que põe legalmente fim à violência atlântica produzida pela empresa marítima europeia. O que estamos dizendo é que nessa constelação heroica do nacionalismo de *corpora* filológico há um etnocentrismo reificador do imaginário de pureza linguística e, não nos espantemos, racial. Essa deificação nacionalista das nações europeias transpostas para as colônias e ex-colônias não inclui, obviamente, todas as pessoas. “A representação da nação, em suma, não se fazia por indivíduos quaisquer e não podia ser o somatório numérico daqueles, tomados isoladamente. Ela era a representação de ‘um certo tipo de gente’, de ‘uma dada condição de gente’ [...]” (PAMPLONA, 2014, p. 142).

Essa advertência faz com que a gente tenha necessariamente de compreender que os nacionalismos, como adverte o medievalista americano Patrick Geary em *O mito das nações: invenção do nacionalismo* (2005), são étnicos, no sentido de buscarem, no período medieval, uma invenção de pureza racial que conferem garantias da uniformidade identitária de uma dada cultura. Geary (2008, [sem paginação]) nos diz:

No século XIX, os medievalistas trataram de recriar o passado de forma a estabelecer identidades étnicas imutáveis para os povos europeus. Serviram um fim político: a criação dos estados-nação europeus. E uma ideologia: o nacionalismo. E fizeram-no de tal maneira que ainda hoje, mais de 60 anos depois da II Guerra, esse nacionalismo étnico está tão entranhado no sangue dos europeus que pode emergir a qualquer momento.

O tom alarmante que reveste a escrita de Geary não pode ser lido como exagero, uma vez que as marcas de ultranacionalismo e xenofobia tem brotado inclusive nas ex-colônias portuguesas, como é o caso do Brasil, exatamente na dimensão que diz respeito à cidadania, historicamente negada às populações negras e indígenas. Assim, entender o léxico de uma língua desdobrado e mantido sobre o abrigo de expressões como “cultura dos povos”, “cultura das nações” – como costuma aparecer em vários manuais de linguística românica ou de história da língua portuguesa – é ainda comprometer-se com um discurso histórico etnicamente produzido e que não representa a dinâmica e complexidade que envolve os estudos filológicos, linguísticos e literários contemporaneamente.

Para fins de demonstração, queremos destacar um artigo escrito por Bruno F. Bassetto, *O léxico românico: herança latina nas línguas ocidentais*, em que o erudito professor aciona algumas dessas categorias contra as quais nos posicionamos em busca da crítica para contribuição dos estudos que refletem sobre os horizontes de língua e cultura.

Vejamos uma das passagens, em que o autor aponta a definição e os lugares teóricos a partir dos quais proporá uma história para o léxico:

Léxico é o conjunto de todas as palavras pertencentes de alguma forma a um idioma, passíveis de serem empregadas em seus vários níveis lingüísticos. **O léxico constitui um inventário aberto, em parte mutável por representar a *Weltanschauung*, a visão do mundo e a cultura do povo que o usa.** Essa mutabilidade, porém, observa-se mais nas palavras ditas de significação externa, como substantivos, adjetivos e verbos, que nas de significação interna, tais como advérbios, preposições e conjunções, cujo inventário é geralmente fechado. As mudanças léxicas acompanham as alterações sociais, econômicas, políticas e culturais da comunidade, conforme atestam os resultados da aplicação dos métodos da Geografia Lingüística, *WörterundSachen*, Onomasiologia e mesmo o Histórico-Comparativo. Modificações sociais mais rápidas aceleram também as do léxico, conforme se verificou no século XX e no nosso com a rápida evolução tecnológica e seus numerosos neologismos. Contudo, **uma parte considerável do tesouro vocabular de uma língua resiste às mudanças quase tanto como sua gramática, conforme se verifica nas línguas românicas em relação a seu léxico fundamental, herdado do latim.** (BASSETTO, [201-], [sem paginação], grifo nosso).

Dessa citação é preciso destacar pelo menos três aspectos que ilustram bem o que temos apresentado até aqui. O primeiro aspecto diz respeito à ideia de língua como “idioma”, palavra paradigmática que melhor representa o imaginário nacionalista etnocêntrico. Segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss* (2009), há pelo menos duas acepções e que lemos aqui como demonstração do argumento que temos defendido: “1. língua própria de um povo, de uma nação” e “2. para os falantes de uma língua nacional, sua própria língua; vernáculo”.

O Segundo ponto diz respeito ao grifo inicial, que apresenta a dimensão essencialista que, muitas vezes, se ressent das inovações que chegam a esse “inventário aberto” do léxico, não é sem razão que recorrentemente aparecem discursos de purismo lingüístico contra empréstimos e estrangeirismos. Mas é ao discutir a *weltanschauung* (o sistema de valores, sentimentos e concepções) de um “povo” é que vemos a permanência desses imaginários o signo do nacionalismo que projeta etnicamente um estereótipo cultural para si e para aqueles que não são considerados pertencentes ao povo, ao cidadão. Precisamos reparar também a terminologia alemã organizando a episteme proposta por Bassetto e por vários outros romanistas que assumem o mesmo paradigma. É possível pensar para além do essencialismo nacionalista e sem hipervalorizar o papel de “resistência” do léxico de origem das línguas, no caso das línguas românicas? E, com este, vamos ao próximo aspecto.

O terceiro, e último, ponto diz respeito à “resistência” do “léxico fundamental, herdado do latim”. De fato, não podemos negar a importância da participação do latim na formação das línguas românicas. Esse ponto é o que tem garantido as bases existências de uma Filologia Românica, de uma Linguística Românica, ou, por outro lado, de um *Mimesis*, escrito por Auerbach. A questão é que, detrás da ideia de “resistência”, reside a ideia um tanto quanto determinista, que apostaria na excelência civilizacional romana sobre todas as nações conquistadas. Uma espécie de darwinismo social, para argumentar *pari*

*passu* com Ramón Resina acerca dos empreendimentos pidalinos, que teria selecionado naturalmente a língua latina em detrimento de todos os povos aculturados administrativamente por Roma e ideologicamente pelo Cristianismo, as duas grandes forças da latinização europeia.

#### 4 PALAVRAS FINAIS

Assim, é possível ler que nada disso foi natural e que essa “resistência” tem as cores da hegemonia cultural e de um paradigma que se impôs como único e que estruturou diversos processos de apagamento e silenciamento. Se essa língua foi transformada e, em diversos territórios, foi fator imprescindível para constituição de outros sistemas linguísticos, é prova de que, como afirma Caetano Veloso, “cada estrela se espanta à própria explosão”. É preciso pensar a história dos processos de formação das línguas românicas tanto pela permanência (como temos vistos na tradição oitocentista), quanto na diferença produtora de contatos culturais que se transformaram – e não só porque foram domínios dialetais latinizados – em sistemas linguísticos, raramente, numa língua nacional, como nos fizeram crer as filologias nacionais.

A noção de povo e de cultura produzida por essas tendências oitocentistas infelizmente ainda organizam o senso comum e muitas pesquisas sobre os estudos lexicais. A pauta urgente e necessária é que repensemos as experiências culturais contemporâneas para produzir metáforas plurais, democráticas que ajudem a dimensionar os estudos lexicais contemporaneamente. Isso, certamente, seria uma alternativa às críticas tecidas pelos estudos do discurso que apresentaram uma crítica fundamental ao léxico e que pouco foi respondida, a saber: a crítica à ideia de palavra como transparência do mundo, mas este tema fica para outro momento.

#### REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BASSETTO, Bruno F. O léxico românico: herança latina nas línguas ocidentais. **Cadernos do CNLF**, 16. Rio de Janeiro, CIFEFIL, [201-]. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/16/14.htm>>. Acesso em: 30 out. 2020.

GAUGER, Hans Martin. **Introducción a la lingüística románica**. Vers. esp. de Elisabeth Schaible e José García Álvarez. Madrid: Gredos, 1989.

GEARY, Patrick J. E assim nasceu o nacionalismo étnico. **Ípsilon**. Lisboa, 2008. [Entrevista a Teresa de Sousa].

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações**: A invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “UnSouffle d’AllemagneAyant Passé”: Friedrich Diez, Gaston Paris e a gênese das filologias nacionais. **Politeia**: história e sociedade. Vitória da Conquista, 2015, n. 1.

p.15-60. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/issue/view/282>>. Acesso em: 30 out. 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los poderes de la filología**. Dinámicas de una práctica académica del texto. Traducción de Aldo Mazzucchelli. México: Universidad Iberoamericana. 2007 [2003].

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FILOGIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO. Lisboa, 2008. Actas... Lisboa: Húmus, 2008. p. 355- 367.

PAMPLONA, Marco A. Nação. In: FERES JR., João (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.136-153.

RAMOS, Maria Ana. A emergência de uma identidade literária em Portugal: entre história, textos e críticos. **Revista Signum**, 2019, vol. 20, n. 2. p. 95-115.

RESINA, J. R. (2017). Hispanismo e Estado: o crepúsculo das filologias nacionais. **Floema: Caderno De Teoria E História Literária**, (3A). Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1702>>. Acesso em: 21 set. 2020.

ROCHA, Marinês de Jesus. Crítica Textual neolachmanniana no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Crítica Textual neolachmanniana e memória disciplinar: os lugares-comuns críticos da filologia brasileira**. São Paulo: Novas edições acadêmicas, 2016.

ROTENSTREICH, Nathan. Volksgeist. In: WIENER, Philip P. Dictionary of the History of Ideas IV: Psychological ideas in antiquity to Zeitalter. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1974.

SILVA, Vítor Aguiar e. Primavera e Inverno da Filologia Românica. **Biblos: Revista da Faculdade de Letras**. Coimbra, Universidade de Coimbra, n. 9, 2011.

**Recebido em:** 20/12/2020

**Aprovado em:** 05/02/2021

**Publicado em:** 25/07/2021